



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Definição do objeto

Contratação de empresa especializada para adequar as infraestruturas físicas das áreas compartilhadas entre o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e o Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região - TRT12, conforme disposições do Termo de Cessão nº 6.750/2024 e necessidades de ambas Justiças Especializadas, nas cidades de Chapecó/SC e Rio do Sul/SC.

A contratação será por empreitada por item e por preço unitário, conforme especificações deste Termo de Referência e documentos abaixo relacionados:

ITEM 1: Chapecó/SC: Rua Rui Barbosa, 239-E, Centro, Chapecó/SC, CEP 89801-147.

- Projeto Arquitetônico (6 pranchas);
- Projeto Elétrico (6 pranchas);
- Projeto de Cabeamento Estruturado (1 prancha);
- Projeto Preventivo de Combate a Incêndio (2 pranchas);
- Memorial Descritivo e Caderno de Encargos;
- Planilha de Orçamento Geral; e
- Cronograma Físico-Financeiro.

ITEM 2: Rio do Sul/SC: Rua XV de Novembro, 1301, Laranjeiras, Rio do Sul/SC, CEP 89167-410.

- Projeto Arquitetônico (9 pranchas);
- Projeto Elétrico (3 pranchas);
- Projeto de Cabeamento Estruturado (2 pranchas);
- Projeto Preventivo de Combate a Incêndio (3 pranchas);
- Memorial Descritivo e Caderno de Encargos;
- Planilha de Orçamento Geral; e
- Cronograma Físico-Financeiro.

2. Fundamentação da Contratação

Esta contratação visa a adequar as infraestruturas físicas das áreas compartilhadas entre o TRT12 e o TRE-SC, preservando sua integridade e garantindo um ambiente de trabalho salubre e confortável para usuários internos e externos, adaptado às necessidades de utilização de ambas justiças especializadas.

Como as instalações do TRT12 possuem padrão e identidade visual próprios, as adequações propostas preservam tais características, como, por exemplo, na escolha dos tipos de divisórias e portas, nas cores dos elementos a serem repintados, nas infraestruturas aparentes ou embutidas e acabamentos das instalações elétricas e de cabeamento estruturado.

A seleção dos materiais de construção e acabamento que compõem os serviços foi realizada com base em critérios de desempenho, durabilidade e manutenibilidade. Por se tratarem de serviços de reforma/adequação, as instalações foram projetadas de acordo com as possibilidades e as limitações locais, de modo a atender às demandas da melhor forma possível.

3. Descrição da solução

Os serviços a serem executados estão detalhadamente descritos no Memorial Descritivo e Caderno de Encargos que integra este Termo de Referência, e contemplam:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Demolições e retiradas;
- Adequações em forros e pisos (forro modular mineral e soleira);
- Divisórias e portas (navais, em gesso acartonado e em vidro temperado);
- Adequações nas instalações elétricas;
- Adequações nas instalações de cabeamento estruturado;
- Pintura interna;
- Administração local; e
- Limpeza final.

Todos os serviços serão realizados com o fornecimento de materiais novos pela Contratada.

A relação dos materiais indicados na licitação, apresentada juntamente com a proposta, será de uso compulsório durante a execução dos serviços. A única hipótese aceitável de substituição de material será sua indisponibilidade no mercado, mediante comprovação.

Serão aceitos produtos similares aos indicados no Memorial Descritivo e Caderno de Encargos. Não serão aceitos produtos de fabricantes que constem da listagem de empresas não-conformes no Programa Setorial da Qualidade – Tintas Imobiliárias, ligado ao Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade no Habitat – PBQP-H, do Ministério das Cidades.

A escolha dos materiais foi condicionada aos existentes nos locais, de modo a não alterar o padrão imobiliário do TRT12.

3.1. Estudo Técnico Preliminar

Os Estudos Preliminares da presente contratação encontram-se no PAE n. 8.604/2025.

3.2. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Relação de materiais que serão utilizados nos serviços de adequação dos espaços físicos (Quadros 1 e 2).

Quadro 1 - Serviços de adequação dos espaços físicos no Fórum Trabalhista de Chapecó/SC.

Serviços	Materiais Indicados	Referências
Divisórias em vidro temperado	Estrutura em alumínio anodizado para vidro temperado de 10mm de espessura, conforme existente nos locais.	Alumínio Tera Metais ou similar.
	Vidro temperado incolor, espessura de 10 mm (dez milímetros).	Blindex ou similar.
	Mola hidráulica de piso em aço inox para porta pivotante interna, com ângulo máximo de abertura de 130°, com função de retenção de abertura a 90°, para porta de até 950 mm, DIN esquerdo e direito.	Mola hidráulica de piso para portas de dupla ação EN-3, cód. 32.77.010, da Häfele Brasil ou similar.
	Puxador tubular duplo em alumínio 304, diâmetro 38 mm, acabamento anodizado natural, comprimento 600 mm, sendo 1 par por folha.	Puxador tubular alumínio, acabamento anodizado natural, comp. 60 cm, da Líder Portas e Janelas ou similar.
Divisórias navais	Divisória naval com montantes NTR – montante simples, chapa dura de fibras de eucalipto prensada com acabamento em pintura à base d'água.	Linha Divilux, Eucaplac UV, da Eucatex ou similar.
Tinta acrílica	Tinta acrílica qualidade Premium, acabamento fosco, para interior e exterior. Atenção: massa corrida, fundo preparado e selador devem ser da mesma marca da tinta, para garantir melhor aderência e acabamento final.	Proteção Total Acrílico Premium, da Suvinil ou similar.
Eletroduto rígido e acessórios	Eletrodutos rígidos e acessórios. Atenção: devem ser da mesma linha em razão de compatibilidade técnica	Eletroduto branco, da INPOL ou similar.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	na montagem.	
Cabeamento Estruturado	Cabo par traçado UTP, categoria 6.	MultiLan CAT.6 U/UTP CM, da Furukawa ou similar.
	Conector fêmea categoria 6.	Conector fêmea multilan CAT.6, da Furukawa ou similar.
	Conector RJ45 macho categoria 6.	Conector RJ45 macho CAT.6 para cabos sólido e flexível, da Furukawa ou similar.

Quadro 2 - Serviços de adequação dos espaços físicos no Fórum Trabalhista de Rio do Sul/SC.

Serviços	Materiais Indicados	Referências
Divisórias em vidro temperado	Estrutura em alumínio anodizado para vidro temperado de 10 mm de espessura, conforme existente nos locais.	Alumínio Tera Metais ou similar.
	Vidro temperado incolor, espessura de 10 mm (dez milímetros).	Blindex ou similar.
	Mola hidráulica de piso em aço inox para porta pivotante interna, com ângulo máximo de abertura de 130°, com função de retenção de abertura a 90°, para porta de até 950 mm, DIN esquerdo e direito.	Mola hidráulica de piso para portas de dupla ação EN-3, cód. 932.77.010, da Häfele Brasil ou similar.
	Puxador tubular duplo em alumínio 304, diâmetro 38 mm, acabamento anodizado natural, comprimento 600 mm, sendo 1 par por folha.	Puxador tubular alumínio, acabamento anodizado natural, comp. 60 cm, da Líder Portas e Janelas ou similar.
Divisórias navais	Divisória naval com montantes NTR – montante simples, chapa dura de fibras de eucalipto prensada com acabamento em pintura à base d'água.	Linha Divilux, Eucaplac UV, da Eucatex ou similar.
Divisórias em gesso acartonado	Placas de gesso acartonado, padrão ST (Standard), espessura 12,5 mm, com bordas rebaixadas.	Gypsum Drywall ou similar.
	Guias e montantes em aço galvanizado, tamanho 70 mm, esp. da chapa 0,50 mm, com revestimento em zinco.	Gypsum Drywall ou similar.
	Fita JT fita em papel especial microperfurado utilizada no tratamento das juntas entre as chapas.	Gypsum Drywall ou similar.
Tinta acrílica	Tinta acrílica qualidade Premium, acabamento fosco, para interior e exterior. Atenção: massa corrida, fundo preparado e selador devem ser da mesma marca da tinta, para garantir melhor aderência e acabamento final.	Proteção Total Acrílico Premium, da Suvinil ou similar.
Eletroduto rígido e acessórios	Eletrodutos rígidos e acessórios. Atenção: devem ser da mesma linha em razão de compatibilidade técnica na montagem.	Eletroduto branco, da INPOL ou similar.
Cabeamento Estruturado	Cabo par traçado UTP, categoria 5e.	MultiLan CAT. 5e U/UTP CM, da Furukawa ou similar.
	Conector fêmea categoria 5e.	Conector fêmea multilan CAT. 5e, da Furukawa ou similar.
	Conector RJ45 macho categoria 5e.	Conector RJ45 macho CAT. 5e para cabos sólido e flexível, da Furukawa ou similar.

As marcas de referência, códigos e modelos citados prestam-se tão somente a determinar os requisitos que devem estar presentes no objeto pretendido (servem, portanto, como parâmetro de aferição das especificações exigidas para os produtos solicitados, afastando-se eventuais dúvidas que possam ser suscitadas – destarte, serão aceitos pela Administração, sem restrições, produtos similares ao indicado, que detenham as especificações daquele).



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ATENÇÃO

- No momento da licitação, a(s) empresa(s) proponente(s) deve(m) indicar a marca e a especificação completa dos produtos descritos no Quadro 1, que serão utilizados na execução do contrato;
- A(s) empresa(s) proponente(s) deve(m) indicar apenas UMA marca e linha por material, pois a apresentação de mais de uma marca configura alternativa de proposta, dando ensejo à sua desclassificação;
- Os materiais indicados na licitação, apresentados juntamente com a proposta, serão de uso compulsório durante a execução dos serviços. A única hipótese aceitável de substituição de material será a indisponibilidade do material indicado no mercado e mediante comprovação; e
- Não serão aceitos produtos de fabricantes que constem da listagem de empresas não-conformes no Programa Setorial da Qualidade – Tintas Imobiliárias, ligado ao Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade no Habitat – PBQP-H, do Ministério das Cidades.

3.3. Códigos SIASG

Manutenção / reforma predial: 1627.

4. Requisitos da contratação

Deverão ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.Requisitos Funcionais

- Adequação e segurança ao uso;
- Qualidade dos materiais;
- Perfeito funcionamento dos componentes da edificação; e
- Durabilidade e manutenibilidade dos produtos.

4.2. Requisitos Não-Funcionais

- Padrão estético adequado ao ambiente institucional;
- Conforto, saúde e bem-estar; e
- Segurança do imóvel e do patrimônio público.

4.3. Requisitos Externos

Devem ser atendidas todas as exigências normativas da ABNT e do INMETRO correlatas aos serviços contratados, além das normas abaixo relacionadas.

Quanto à qualidade dos materiais e execução dos serviços:

- ABNT NBR 9050:2020 versão corrigida 2021 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
- ABNT NBR 5410:2004 versão corrigida 2008 – Instalações elétricas de baixa tensão;
- ABNT NBR ISO/CIE 8995-1:2013 - Iluminação de ambientes de trabalho - Parte 1: Interior;
- ABNT NBR IEC 62722-2-1:2016 - Desempenho de luminárias - Parte 2-1: Requisitos particulares para luminárias LED;
- ABNT NBR IEC 62504:2021 - Iluminação geral - LED e módulos de LED - Termos e definições;
- ABNT NBR IEC 61537:2013 - Encaminhamento de cabos: Sistemas de eletrocalhas para cabos e sistemas de leitos para cabos;
- Norma técnica DPSC/NT 03 - Fornecimento de energia elétrica a edifícios de uso coletivo Celesc;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- ABNT NBR 15758-1:2009 - Sistemas construtivos em chapas de gesso para drywall - Projeto e procedimentos executivos para montagem - Parte 1: Requisitos para sistemas usados como paredes;
- ABNT NBR 15217:2018 - Perfilados de aço para sistemas construtivos em chapas de gesso para drywall - Requisitos e métodos de ensaio;
- ABNT NBR 14698:2001 - Vidro temperado;
- ABNT NBR 7199:2016 - Vidros na Construção Civil – Projeto, Execução e Aplicações;
- ABNT NBR 12609:2022 - Alumínio e suas ligas: Tratamento de superfície - Requisitos para anodização para fins arquitetônicos;
- ABNT NBR 15807:2010 - Alumínio e suas ligas: Tratamento de superfície - Revestimento orgânico para bens de consumo: requisitos;
- ABNT NBR ISO 14020:2002 - Rótulos e declarações ambientais - Princípios gerais;
- ABNT NBR 15.844:2015 - Rochas para revestimento - Requisitos para granitos;
- ABNT NBR NM 103:1998 - Desempenhos de granito;
- ABNT NBR 14565:2019 - Cabeamento estruturado para edifícios comerciais;
- ABNT NBR 11702:2021 - Tintas para construção civil: Tintas, vernizes, texturas e complementos para edificações não industriais: Classificação e requisitos;
- ABNT NBR 13245:2011 - Tintas para construção civil: execução de pinturas em edificações não industriais – Preparação de superfície;
- ABNT NBR 16407:2015 - Tintas para construção civil: método para avaliação de desempenho de tintas para edificações não industriais: determinação do teor de chumbo;
- ABNT NBR 17170:2022 - Edificações Garantias - Prazos recomendados e diretrizes; e
- NBR 15.575-1:2024 -Edificações habitacionais: Desempenho. Parte 1: Requisitos Gerais.

Quanto à segurança durante a execução dos serviços:

- NR 06 – Equipamento de Proteção Individual;
- NR 09 – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais;
- NR 18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção; e
- ABNT NBR 7678:1983 – Segurança na execução de obras e serviços de construção.

Quanto à sustentabilidade:

- Lei n. 11.762, de 1º.08.2008, que fixa o limite máximo de chumbo permitido na fabricação de tintas imobiliárias e de uso infantil e escolar, vernizes e materiais similares e dá outras providências;
- Resolução Conama n. 307, de 5.7.2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil;
- Resolução Conama n. 469, de 29.7.2015, que altera o art. 3 da Resolução Conama n. 307:2002; e
- Programa Setorial da Qualidade – Tintas Imobiliárias, do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade no Habitat – PBQP-H, Ministério das Cidades.

Quanto à gestão de reformas:

- NBR 16280:2024 – Reforma em edificações: Sistema de gestão de reformas – Requisitos.

4.4. Requisitos Técnicos

O detalhamento dos requisitos técnicos está disponibilizado no Memorial Descritivo e Caderno de Encargos.

- **Acompanhamento por profissional habilitado:** Engenheiro Civil, Arquiteto ou Técnico em Edificações ou Construção Civil, com formação plena, devidamente inscrito no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU ou no Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT , para serviços relacionados aos projetos arquitetônico; e, Engenheiro Eletricista, com formação plena, devidamente inscrito no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, para serviços relacionados aos projetos elétrico e de cabeamento estruturado: pretende-se que a execução dos serviços seja realizada dentro dos requisitos das normas técnicas vigentes para a garantia da qualidade e durabilidade. Devido à



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

realização das adequações nas instalações elétricas e de cabeamento estruturado serem executadas mantendo-se o restante da edificação em funcionamento; à responsabilização pela segurança e integridade física de funcionários e usuários do edifício; e, aos valores monetários representativos de tais serviços na planilha orçamentária, optou-se por Engenheiro Eletricista para seu acompanhamento, exclusivamente.

- **Comprovação das referências dos produtos que serão utilizados:** a utilização de materiais com as especificações mínimas tem por objetivo manter a qualidade esperada para o projeto e assegurar que as ofertas sejam de padrão igual ou superior às especificadas.
- **Comprovação de licença de funcionamento da empresa responsável pelo transporte e destinação final dos resíduos, bem como autorização emitida pela municipalidade do local para a disposição dos resíduos:** objetiva-se que o transporte e o descarte dos materiais sejam executados em atendimento às normas ambientais vigentes.

4.5. Requisitos de Garantia

- Garantia mínima de 5 (cinco) anos, com exceção de serviços de pintura em alvenaria, cuja garantia será de 3 (três) anos, em conformidade aos prazos de garantia sugeridos pela ABNT NBR 17170:2022 (Edificações – Garantias - Prazos recomendados e diretrizes) e NBR 15.575-1:2024 (Edificações habitacionais – Desempenho. Parte 1: Requisitos Gerais), legislação vigente e análise de condições de exposição e uso; e
- Em relação aos serviços de pintura, arranhões, riscos e defeitos de acabamento serão analisados nas inspeções de recebimento provisório e definitivo, não cabendo garantia posterior nestes casos.

5. Modelo de execução do objeto

5.1. Prazos

- a. Em até 15 (quinze) dias após o recebimento do contrato devidamente assinado pelo representante do TRE-SC: apresentar os documentos relacionados no subitem 5.8.2;
- b. Aprovados os documentos pela Seção de Engenharia e Arquitetura (SEEA): iniciar os serviços em até 10 (dez) dias; nesse ínterim, será realizada reunião de alinhamento com a SEEA;
- c. Encontram-se disponibilizados os Cronogramas Físicos para a execução dos serviços (Quadro 3). Executar os serviços conforme condições estipuladas neste Termo de Referência e documentos anexos;
- d. Em até 10 (dez) dias úteis: refazer serviços, se constatada qualquer irregularidade no recebimento provisório.

Quadro 3 - Prazos para a realização dos serviços

ITEM	ZONAS ELEITORAIS	ENDEREÇO	PRAZO
1	35ª e 94ª Zonas Eleitorais	Rua Rui Barbosa, 239-E, Centro, Chapecó/SC, CEP 89801-147	8 semanas
2	26ª e 102ª Zonas Eleitorais	Rua XV de Novembro, 1301, Laranjeiras, Rio do Sul/SC, CEP 89167-410	6 semanas

A critério da Administração, podem ser suspensos os trabalhos em caso de impossibilidade da execução dos serviços, face a prazos eleitorais e/ou administrativos.

5.2. Local de entrega ou prestação dos serviços

Conforme o Quadro 3 do item 5.1 deste documento.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.3. Recebimento provisório e definitivo

O recebimento provisório será realizado por meio de ateste em termo circunstanciado em até 10 (dez) dias, após a comunicação da Contratada sobre a conclusão dos serviços, desde que haja aceite da fiscalização, conforme art. 140, inciso I, "a", da Lei n. 14.133/2021.

De posse do Relatório de Recebimento Provisório, a Contratada terá prazo de até 10 (dez) dias úteis para o atendimento de todas as exigências da Fiscalização, referentes a defeitos e imperfeições que porventura venham a ser verificados.

O Recebimento Definitivo será efetuado mediante termo circunstanciado, em conformidade com o art. 140, inciso I, "b", da Lei n. 14.133/2021, somente após o saneamento de todas as irregularidades apontadas no Termo de Recebimento Provisório, em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da comunicação da Contratada sobre a conclusão dos serviços, observado o disposto no art. 119 do mencionado diploma legal.

Os recebimentos provisório ou definitivo não excluem a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

5.4. Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto.

5.5. Garantia do objeto

Garantia mínima de 5 (cinco) anos, com exceção de serviços de pintura em alvenaria, cuja garantia será de 3 (três) anos, em conformidade aos prazos de garantia sugeridos pela ABNT NBR 17170:2022 (Edificações – Garantias - Prazos recomendados e diretrizes) e NBR 15.575-1:2024 (Edificações habitacionais – Desempenho. Parte 1: Requisitos Gerais), legislação vigente e análise de condições de exposição e uso.

Em relação aos serviços de pintura, arranhões, riscos e defeitos de acabamento serão analisados nas inspeções de recebimento provisório e definitivo, não cabendo garantia posterior nestes casos.

5.6. Vigência da contratação

O contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto.

5.7. Obrigações da Contratante

5.7.1. autorizar o início dos serviços;

5.7.2. efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, preço e prazo estabelecidos no instrumento contratual, e vinculados à entrega dos produtos e serviços pela empresa Contratada, a partir da aprovação pelo Contratante

5.7.3. promover a gestão da contratação por meio da equipe designada no subitem 6.2, em conformidade com a Lei n. 14.133/2021;

5.7.4. sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por outro motivo que justifique tal medida;

5.7.5. emitir pareceres no processo administrativo referente à execução dos serviços, em especial quanto à aplicação de sanções e alterações contratuais;

5.7.6. exigir da Contratada, a qualquer tempo, a comprovação das condições de habilitação exigidas nesta contratação.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.8. Obrigações da Contratada

5.8.1. executar o objeto nas condições estipuladas neste Termo de Referência e em sua proposta;

5.8.2. apresentar à Seção de Engenharia e Arquitetura do TRE-SC (SEEA) os documentos abaixo relacionados em até 15 (quinze) dias após o recebimento do contrato, devidamente assinado pelo representante do TRE-SC:

5.8.2.1. declaração formal de disponibilidade do profissional que se responsabilizará pelo serviço contratado, acompanhada da respectiva Certidão de Acervo Técnico e/ou Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro(s) de Responsabilidade Técnica – RRT ou Termo(s) de Responsabilidade Técnica – TRT, que comprovem a execução de serviços de características semelhantes ao objeto desta licitação;

5.8.2.2. caso a Contratada seja registrada no CREA, visto do CREA de Santa Catarina, em conformidade com o que dispõe a legislação pertinente;

5.8.2.3. Anotações de Responsabilidade Técnica - ART(s), Registros de Responsabilidade Técnica - RRT(s) ou Termos de Responsabilidade Técnica - TRT(s), devidamente registrados no CREA-SC, CAU-SC ou CRT-SC, de execução dos serviços contratados;

5.8.2.4. participar, dentro do período compreendido entre a assinatura do contrato e o início dos serviços, de reunião de alinhamento de expectativas contratuais a ser agendada pela SEEA (presencial no local onde serão realizados os serviços ou remota por videoconferência);

5.8.2.5. relação nominal do pessoal envolvido diretamente na execução dos serviços, informando os respectivos números de Registro Geral do documento de identidade;

5.8.2.6. providenciar placa de obra, que deverá ser afixada em local visível, de acordo com as exigências do CREA-SC, devendo ser executada de acordo com modelo apresentado no Memorial Descritivo e Caderno de Encargos, respeitando rigorosamente as referências cromáticas convencionais do TRE-SC;

5.8.2.7. novo cronograma físico para execução dos serviços contratados, de acordo com o planejamento da Contratada, mantidos os percentuais de desembolso mensal previstos no Cronograma Físico-Financeiro anexo a este Termo de Referência, o qual deve ser elaborado preferencialmente pelo método PERT/CPM. Caso entenda necessário, em razão do período de início dos serviços, a Contratada poderá alterar a programação da execução dos serviços de forma a adequá-la em razão de suas novas previsões, devendo submeter à aprovação do Contratante;

5.8.3. iniciar os serviços em até 10 (dez) dias, contados da aprovação pela SEEA dos documentos e disposições relacionados no subitem 5.8.2;

5.8.4. executar os serviços nos prazos máximo indicados no subitem 5.1, contados do efetivo início dos serviços pela empresa contratada;

5.8.4.1. os serviços deverão ocorrer preferencialmente em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 8 às 17 horas, ou, excepcionalmente, em dias não úteis, mediante autorização e acompanhamento do gestor do contrato;

5.8.4.2. todos os serviços deverão ser agendados com antecedência com o gestor do contrato, especialmente os que causem interrupção do fornecimento de água, energia elétrica e rede lógica/internet, pois as atividades no prédio não poderão ser interrompidas;

5.8.4.3. os trabalhos que resultem em odores, ruídos, impeçam o fluxo de pessoas, carga e descarga de materiais, que possam colocar em risco a segurança ou causar transtornos aos usuários devem ser executados fora do horário de expediente externo do TRE-SC/TRT-12, mediante prévia autorização do gestor do contrato;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 5.8.4.4. fornecer relatório diário dos serviços (diário de obras), com folhas numeradas e assinadas pelas partes, onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos serviços tais como: indicações técnicas, início e término das etapas, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, assuntos que requeiram providências das partes, recebimento de materiais com a quantidade e qualidade de acordo com o projeto e a proposta, número de funcionários trabalhando, condições climáticas. O diário de obras deverá ser assinado diariamente pelo responsável técnico da empresa contratada e pelo gestor do contrato;
- 5.8.4.5. fornecer antecipadamente ao gestor do contrato, mantendo atualizada, relação nominal de todos os funcionários envolvidos diretamente na execução dos serviços contratados, informando os respectivos números de CPF;
- 5.8.5. todas as medidas e cotas apresentadas nos projetos são indicativas, devendo ser confirmadas nos locais;
- 5.8.6. refazer o serviço no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, se constatada qualquer irregularidade no recebimento provisório;
- 5.8.6.1. estando em mora o licitante vencedor, o prazo para substituição dos produtos e/ou refazimento do serviço não interromperá a multa por atraso prevista na licitação;
- 5.8.6.2. correrão à conta da Contratada todas as despesas decorrentes da substituição do produto e/ou refazimento do serviço;
- 5.8.7. fornecer todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessários à perfeita execução dos serviços;
- 5.8.8. assegurar que os funcionários trabalhem uniformizados e com crachá de identificação;
- 5.8.9. empregar todos os materiais, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços dentro da técnica adequada e das normas pertinentes, mesmo os eventualmente não mencionados, nem especificados ou não indicados em desenhos ou tabelas de acabamento ou listas de materiais do projeto, mas imprescindíveis à sua completa e perfeita realização, responsabilizando-se pela reposição dos materiais danificados em virtude da má execução dos serviços, incluindo aqueles necessários ao seu refazimento;
- 5.8.10. executar os serviços de acordo com as normas de segurança do trabalho, adotando os procedimentos necessários para a segurança dos trabalhadores, incluindo a utilização obrigatória dos equipamentos de proteção individual (EPI) e, quando necessário, equipamentos de proteção coletiva (EPC), em vista do risco que o serviço oferece;
- 5.8.11. executar os serviços em conformidade com as recomendações das normas da ABNT, Inmetro e demais legislações vigentes;
- 5.8.12. executar os serviços de acordo com a melhor técnica aplicável, com zelo e diligência, utilizando inclusive mão de obra especializada, se necessária, bem como manter as áreas de trabalho continuamente limpas e desimpedidas, observando o disposto na legislação e nas normas relativas à proteção ambiental, fazendo, inclusive, a remoção dos entulhos;
- 5.8.13. reportar ao Contratante, imediatamente, qualquer anormalidade, erro ou irregularidades que possam comprometer a execução dos serviços e o bom andamento das atividades;
- 5.8.14. recolher todo o material resultante das atividades, destinar corretamente os materiais recicláveis e realizar o descarte ecologicamente correto dos resíduos não recicláveis, obedecendo as recomendações da Resolução Conama n. 307, de 5.7.2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil e Resolução Conama n. 469, de 29.7.2015, que altera o art. 3º da Resolução Conama n. 307/2002.;
- 5.8.15. responder pela guarda e preservação de seus materiais e equipamentos durante todo o serviço até a sua entrega;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.8.15. responder pela guarda e preservação de seus materiais e equipamentos durante todo o serviço até a sua entrega;

5.8.16. serviços subcontratados de terceiros, no todo ou em parte, devem ser previamente aprovados pela SEEA;

5.8.17. responsabilizar-se pelo pagamento de eventuais multas aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais e municipais, em consequência de fato a ela imputável e relacionado com os serviços e fornecimento contratados;

5.8.18. responsabilizar-se pelos encargos provenientes de qualquer acidente que venha a vitimar um ou mais dos empregados alocados na execução dos serviços contratados, assim como pela indenização que porventura daí se originar e por tudo mais quanto às leis sociais, trabalhistas e fiscais estabelecerem;

5.8.19. manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.8.20. responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais de execução dos serviços, bem como por aqueles provocados em virtude dos serviços executados e equipamentos empregados;

5.8.21. reconstituir locais e/ou objetos que sejam danificados, conforme art. 120 da Lei n. 14.133/2021: *“O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante”*;

5.8.22. zelar pelo patrimônio público, bem como manter respeito para com os servidores, visitantes e funcionários de empresas que prestam serviços nas dependências onde os serviços serão executados;

5.8.23. proceder, ao final dos serviços, à limpeza e à remoção do material desnecessário e indesejável;

5.8.24. assumir total responsabilidade pela execução de todos os serviços constantes do Contrato, respondendo, ainda, pela perfeição, segurança, qualidade e solidez dos serviços executados;

5.8.25. proceder, sempre que necessário, à remoção e ao transporte dos móveis, materiais e equipamentos dos ambientes afetados pela execução dos serviços, bem como, ao final dos serviços, o retorno aos locais adequados;

5.8.26. responsabilizar-se por toda a sinalização, incluindo placas, cavaletes e faixas, de forma a garantir uma eficiente divulgação dos transtornos e perigos dos serviços. A sinalização deverá indicar eventuais áreas de trânsito alternativo;

5.8.27. prestar garantia dos serviços pelo período mínimo de 5 (cinco) anos, com exceção de serviços de pintura, cuja garantia será de 3 (três) anos;

5.9. Transferência de conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

5.10. Direitos autorais

Não se aplica a esta contratação.

5.11. Qualificação técnica ou formação dos profissionais envolvidos na execução

Os responsáveis técnicos pela execução dos serviços devem comprovar sua qualificação profissional mediante Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), se Engenheiro(a), Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), se Arquiteto(a) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT), se Técnico em Edificações ou Construção Civil.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. Gestor de contrato

6.1.1. As atividades de gestão contratual compreendem:

- a) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial;
- b) acompanhar os registros realizados pela fiscalização do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- d) coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- e) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente às unidades competentes, para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;
- f) elaborar o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, com as informações obtidas durante a execução do contrato;
- g) coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio da fiscalização técnica, administrativa e setorial;
- h) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelas fiscalizações técnica, administrativa e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;
- i) realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e
- j) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

6.1.2. As atividades de fiscalização técnica do contrato compreendem:

- a) prestar apoio técnico e operacional à gestão do contrato com informações pertinentes às suas competências;
- b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- c) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;
- d) informar à gestão do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- e) comunicar imediatamente à gestão do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- f) fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar à gestão do contrato para ratificação;
- g) comunicar à gestão do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;
- h) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com a fiscalização administrativa e com a setorial;
- i) auxiliar a gestão do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e
- j) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.1.3. As atividades de fiscalização administrativa do contrato compreendem:

- a) prestar apoio técnico e operacional à gestão do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;
- b) verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
- c) examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;
- d) atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar à gestão do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- e) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com a fiscalização técnica e com a setorial;
- f) auxiliar a gestão do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e
- g) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

6.1.4. Caberá à fiscalização setorial do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto exercer as atribuições de que tratam os subitens 6.1.2 e 6.1.3.

6.2. Gestão e fiscalização

	Titular ou substituto das unidades
Gestor da contratação	Seção de Engenharia e Arquitetura
Fiscal técnico	Assistente I da Seção de Engenharia e Arquitetura
Fiscais administrativos	Seção de Gerenciamento de Contratações Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária
Fiscal setorial	Chefes dos Cartórios Eleitorais



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

6.3. Instrumentos Formais

A contratação será formalizada por meio de instrumento de contrato.

6.4. Acompanhamento do Contrato

O acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato consistem na verificação, pelo Contratante, da conformidade da prestação dos serviços, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, e serão exercidos por meio do gestor da contratação, ou, na sua ausência, do seu substituto.

Quaisquer dúvidas de projeto ou que eventualmente surjam durante a execução dos serviços deverão ser sanadas junto à Seção de Engenharia e Arquitetura SEEA/CI/SIS/TRESC, pelo e-mail ci-seea@tre-sc.jus.br.

6.5. Alocação de riscos

Não se aplica a esta contratação.

7. Critérios de medição e de pagamento

Preliminarmente à emissão da fatura, a Contratada encaminhará a medição dos serviços realizados à Fiscalização, de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a Fiscalização realizará a conferência e autorizará o faturamento.

As Notas Fiscais serão emitidas e entregues ao gestor do contrato após autorização de faturamento, e devem conter a discriminação e os quantitativos dos materiais instalados e serviços realizados. Devem, ainda, estar acompanhadas de documentação comprobatória do último recolhimento dos encargos sociais efetuados pela Contratada, com a relação nominal dos empregados beneficiários e a certidão negativa de débitos trabalhistas emitida na data da emissão da Nota Fiscal do respectivo pagamento.

O gestor do contrato somente atestará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas pela Contratada todas as condições pactuadas.

O contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 124 da Lei n. 14.133/2021, desde que haja interesse da Contratante, com a apresentação das devidas justificativas.

Ao longo da execução do contrato, caso haja necessidade de se firmar termo aditivo, os custos unitários dos itens acrescidos seguirão as orientações abaixo:

- a) para itens que já constam do contrato, os custos corresponderão àqueles já contratados;
- b) para itens novos existentes no SINAPI, os custos corresponderão àqueles relativos aos das medianas constantes daquele sistema para a região no período do orçamento base da licitação, aplicado sobre esse valor o mesmo desconto global fornecido pela empresa em relação ao orçamento estimado do Contratante;
- c) para os itens novos não constantes no SINAPI, os custos decorrerão de pesquisa de preços com 3 (três) fornecedores, se possível, aplicado sobre esse valor o mesmo desconto global fornecido pela empresa em relação ao orçamento estimado do Contratante;
- d) somente em condições especiais, devidamente justificadas em relatório técnico circunstanciado, aprovado pela autoridade competente, poderão os custos unitários ultrapassar os respectivos custos nos termos dos critérios ora definidos.

Conforme art. 128 da Lei n. 14.133/2021, a diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor da Contratada em decorrência de aditamentos que modifiquem as planilhas orçamentárias.

Em caso de antecipação do prazo de execução em relação ao previsto no cronograma, as despesas administrativas serão pagas na proporção do número de dias realizados, aferidos por meio do registro da



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

presença do responsável técnico no Diário de Obras. No caso de atraso na execução, por responsabilidade da Contratada, não caberá qualquer complementação dos valores de despesas administrativas.

As despesas administrativas serão medidas e pagas por mês, proporcionalmente ao percentual de serviços efetivamente executados, seguindo o cronograma entregue. A metodologia a ser adotada seguirá a seguinte fórmula:

$$\frac{\sum \text{valores itens executados no período de medição}^*}{\sum \text{valores itens da planilha}^*}$$

*Exceto o próprio item Despesas Administrativas.

Caso ocorram aditivos que ampliem ou reduzam o valor total do contrato, o valor a ser pago a título de despesas administrativas não será automaticamente alterado em proporção àquele. O custo com despesas administrativas, nessas circunstâncias, só pode ser modificado após revisão do Cronograma Físico-Financeiro que demonstre inequivocamente que as alterações promovidas implicam em alteração na duração dos serviços.

A autorização para faturamento fica condicionada à emissão do termo de recebimento definitivo dos serviços pela gestão do contrato.

8. Reajuste ou repactuação

Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, utilizando-se, para o cálculo, o Índice Nacional de Custo da Construção - INCC, publicado na ocasião, ou, na hipótese de extinção deste índice, utilizar-se-á o que venha a substituí-lo.

9. Forma e critérios de seleção do fornecedor

9.1. Parcelamento e adjudicação

A adjudicação será por item, não sendo cabível seu parcelamento, de forma a viabilizar a melhor gestão da execução contratual e as condições dos serviços durante o prazo de garantia.

9.2. Seleção do fornecedor

A seleção do fornecedor dar-se-á pela proposta de menor preço dentre os proponentes ou licitantes habilitados e classificados.

O licitante classificado em primeiro lugar deve indicar a marca e a especificação completa dos produtos indicados nos Quadros 1 e 2 do subitem 3.2 deste Termo de Referência, que serão utilizados na execução do contrato.

Deve ser indicada apenas UMA marca e linha por material, pois a apresentação de mais de uma marca configura alternativa de proposta, dando ensejo à sua desclassificação.

9.2.1. Critérios de habilitação

Em relação à **Qualificação Técnica**, considerando a natureza do objeto, será exigido:

a) declaração de disponibilidade de profissional responsável técnico – Engenheiro Civil, Arquiteto ou Técnico em Edificações ou Construção Civil e Engenheiro Eletricista, devidamente registrados nos conselhos profissionais competentes, e detentores de documento que comprove a responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, para fins de contratação;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

b) um ou mais atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior;

- *execução de instalações elétricas e de cabeamento estruturado: a comprovação pode ser realizada com apresentação de contrato, planilha orçamentária ou documento equivalente, caso não esteja explícito na CAT;*
- *JUSTIFICATIVA: A comprovação de execução de instalações elétricas e de cabeamento estruturado visam aferir se a licitante preenche os pressupostos operacionais necessários ao fiel cumprimento do objeto contratado e encontra amparo no Acórdão TCU nº 1.251/2022 (Segunda Câmara).*

c) registro ou inscrição junto ao Conselho Regional de Engenharia, Agronomia – CREA, Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU ou Conselho Regional dos Técnicos Industriais - CRT;

d) declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

d.1) Fica assegurado ao licitante o direito de realização de vistoria prévia aos locais, mediante agendamento junto aos Cartórios Eleitorais, pelos e-mails ou telefones indicados no quadro a seguir.

ITEM	ZONAS ELEITORAIS	E-MAIL	TELEFONES
1	35ª e 94ª Zonas Eleitorais	zona035@tre-sc.jus.br e/ou zona094@tre-sc.jus.br	48 3251-7435 /49 988021312 e/ou 48 3251-7494 /49 98871-4742
2	26ª e 102ª Zonas Eleitorais	zona026@tre-sc.jus.br e/ou zona102@tre-sc.jus.br	48 3251-7426 /47 988143125 e/ou 48 3251-7472 /47 988343344

Os profissionais indicados pelo licitante na forma da alínea “a” deverão participar dos serviços objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, considerando a natureza dos serviços, será exigido:

- a) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;
- b) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- c) Comprovação de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

9.2.2. Critérios de preferência e de desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

9.2.3. Modalidade de licitação e critério de julgamento

O objeto pretendido é serviço comum, oferecido por diversos prestadores no mercado, apresentando características padronizadas e usuais, o que justifica, portanto, a utilização da modalidade “Pregão” e do critério de julgamento “Menor Preço”.

10. Estimativas do valor da contratação

Os valores estimados das contratações estão elencados nas Planilhas de Orçamento Geral de cada item, anexas a este Termo de Referência, resumidos no quadro apresentado a seguir.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ITEM	ZONAS ELEITORAIS	MUNICÍPIO	VALOR ESTIMADO
1	35ª e 94ª Zonas Eleitorais	Chapecó/SC	R\$ 140.463,95
2	26ª e 102ª Zonas Eleitorais	Rio do Sul/SC	R\$ 89.295,06
Valor Estimado Total			R\$ 229.759,01

11. Alinhamento da contratação

11.1. Plano de Contratações Anual

Anexo I do Plano de Contratações 2024

Item 12: Manutenção Predial – OEPI2, OEPI3 e SGP3.

11.2. Plano de Logística Sustentável

Esta contratação está alinhada ao Plano de Logística Sustentável do TRE-SC, pois abrange a utilização de requisitos técnicos de construção sustentável na escolha de materiais e a exigência da destinação correta dos resíduos de construção e demolição, de acordo com as diretrizes do Conama.

Os serviços prestados pela Contratada deverão pautar-se sempre pelo uso racional de recursos físicos e equipamentos, de forma a evitar o desperdício de insumos e materiais consumidos, assim como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental.

As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição baseiam-se em alguns pressupostos e exigências, a serem observados pela Contratada:

- substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- racionalização e economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;
- reciclagem e destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza e conservação; e
- descarte em conformidade com as legislações ambiental e sanitárias vigentes.

A Contratada deverá conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a mitigação e redução de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores envolvidos na prestação dos serviços.

11.3. Outros instrumentos

Não se aplica a esta contratação.

12. Adequação orçamentária

Item	Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Valor
1	02.122.0033.20GP.0042	3.3.90.39	R\$ 140.463,95
2	02.122.0033.20GP.0042	3.3.90.39	R\$ 89.295,06
Total			R\$ 229.759,01



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13. Descumprimento contratual e penalidades

13.1. Nos termos da Portaria P n. 39/2023, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável, pelas infrações administrativas previstas no subitem 13.1, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

13.2.1. A sanção de advertência consiste em comunicação formal ao fornecedor que deu causa à inexecução parcial do contrato, conforme previsto na alínea "a" do subitem 13.1.

13.2.1.1. A advertência retira do fornecedor a condição de infrator primário, de modo que, em caso de reincidência, sanção mais severa poderá lhe ser aplicada, devendo ser observado o disposto no subitem 13.3.

13.2.2. A sanção de multa tem natureza pecuniária e poderá ser moratória ou compensatória, observados os seguintes termos:

- a) o atraso injustificado na execução do objeto deste Termo de Referência sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), acrescidos de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, a partir do segundo dia de mora, sobre o valor da parcela em atraso, e sua aplicação não dispensa a contratada do cumprimento da obrigação inadimplida;
- b) a inexecução parcial do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada do objeto;
- c) a inexecução total do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do objeto contratado.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.2.2.1. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções estabelecidas neste Termo de Referência.

13.2.2.2. Ultrapassados 30 (trinta) dias de mora, será avaliada a possibilidade de aplicação da conversão da multa de mora para a compensatória por inexecução contratual.

13.2.2.3. A multa poderá ser aplicada em dobro se o infrator for reincidente, ou seja, se tiver sido sancionado por este Tribunal após decisão transitada em julgado, observando-se o disposto no subitem 13.3.

13.2.2.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

13.2.2.5. A multa aplicada será:

- a) retida cautelarmente dos pagamentos devidos pela Administração e recolhida em definitivo ao Erário, após o trânsito em julgado da decisão que a impôs;
- b) descontada de eventuais faturas pendentes de pagamento;
- c) paga pelo fornecedor por meio de GRU;
- d) descontada do valor da garantia prestada; ou
- e) cobrada judicialmente.

13.2.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, "b" a "g", pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo ou dar causa à inexecução total do contrato: Prazo - 6 (seis) meses;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Prazo - 1 (um) mês;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Prazo - 1 (um) mês;
- d) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Prazo - 2 (dois) meses;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Prazo - 2 (dois) meses.

13.2.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, "h" a "l", pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Prazo - 3 (três) anos;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Prazo - 4 (quatro) anos;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Prazo - 4 (quatro) anos;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Prazo - 5 (cinco) anos;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Prazo - 6 (seis) anos.

13.2.5. Na aplicação das sanções serão considerados:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.2.6. As sanções previstas nos subitens 13.2.3 e 13.2.4 poderão ser majoradas em 10% (dez por cento) para cada agravante, até o limite legal, em razão de:

- a) restar comprovado que o responsável pela infração administrativa tenha registro de penalidade aplicada no âmbito do TRE-SC, por prática de quaisquer das condutas tipificadas no presente Termo de Referência, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;
- b) restar comprovado que o infrator tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;
- c) o licitante ou fornecedor participante da dispensa eletrônica não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo de contratação; ou
- d) restar comprovado que o fornecedor tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

13.2.7. As penas previstas nas alíneas “b” a “e” do subitem 13.2.3 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência das majorações previstas no subitem 13.2.6, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

- a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável do fornecedor;
- b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou
- c) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento.

13.2.8. Quando a ação ou omissão do responsável pela infração administrativa ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

13.2.9. A aplicação das sanções previstas no subitem 13.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.2.10. É admitida a reabilitação do licitante ou do contratado sancionado, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

13.2.10.1. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “a” e “e” do subitem 13.2.4 exigirá, como condição de reabilitação do fornecedor sancionado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.3. Restará afastada a reincidência após transcorrido 1 (um) ano entre a data do trânsito em julgado da decisão que aplicou a anterior penalidade ao infrator e a data da nova infração.

13.4. O responsável pela infração será intimado para apresentação de defesa e especificação de provas que pretenda produzir, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da intimação.

13.4.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, o infrator poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.4.2. Serão indeferidas pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

13.5. A sanção estabelecida no subitem 13.2.4 é de competência do Presidente do TRE-SC.

13.6. Da aplicação das sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.2 e 13.2.3 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.6.1. O recurso de que trata o subitem 13.6 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.7. Da aplicação da sanção prevista no subitem 13.2.4 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.